

## **O MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA PELO EMPODERAMENTO DA MULHER<sup>1</sup>**

Raiana Siqueira Mendes<sup>2</sup>

Bruna Josefa de Oliveira Vaz<sup>3</sup>

Amasa Ferreira Carvalho<sup>4</sup>

**Resumo:** Atualmente, é comum ouvir que as mulheres já conquistaram tudo e que não há mais razão e pauta para a resistência e continuidade dos movimentos feministas. Muito se ouve também que as mulheres não devem “gratidão” ao movimento feminista, pois todas as suas conquistas vieram naturalmente e não porque outras mulheres foram às ruas exigir direitos. Por outro lado, os fatos históricos que serão abordados neste trabalho comprovam a relevância e importância desses movimentos para as inúmeras vitórias que as mulheres conquistaram. O presente artigo tem como objetivo traçar em aspectos gerais como se deu o surgimento do Movimento Feminista no Brasil, assim como levantar as mais significativas conquistas e os atuais desafios dos movimentos frente à luta pelos

direitos das mulheres na sociedade. A metodologia adotada caracteriza-se como revisão bibliográfica, na qual a fundamentação foi obtida através da leitura de livros e artigos acerca do tema proposto, ficando evidente a importância do feminismo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

**Palavras-chave:** Movimento Feminista. Mulheres. Protagonismo. Empoderamento.

**Abstract:** Nowadays, it is common to hear that women have already conquered everything and that there is no more reason and agenda for resistance and continuity of feminist movements. It is also heard that women own no gratitude to feminist movements, because all of their conquests

<sup>1</sup> Artigo apresentado na I Mostra de Trabalhos Acadêmicos do ICS (Instituto Ciências da Sociedade) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), realizado no dia 5 de dezembro de 2014.

<sup>2</sup> Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: [siqueira.raiana@gmail.com](mailto:siqueira.raiana@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: [brunastm@hotmail.com](mailto:brunastm@hotmail.com).

<sup>4</sup> Docente e Orientadora no Instituto Ciências da Sociedade pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

came naturally, and not because other women who went to the streets to fight for their rights. On the other hand, the historical facts that will be approached in this paper prove the relevance and importance of these movements for the countless victories that women have already conquered. This paper aims to describe, in general aspects, how the feminist movements begun in Brazil, in addition to bringing to light the most significant conquests and the current challenges of the movement, facing the fight for women rights in the society. The methodology is characterized as a literature review, in which the grounding was obtained through books and article's readings about the proposed theme, becoming evident the importance of feminism for the construction of a more equal society.

**Keywords:** Feminist Movement. Women. Leadership. Empowerment.

## Introdução

Desde meados da década de 60, os Estados Unidos e a Europa foram alvos das grandes discussões que eclodiram sobre a luta pelo sufrágio feminino, liberdade e demais direitos das mulheres, protagonizado com o surgimento do

movimento feminista naquela época. A “queima de sutiãs”, protesto que marcou e entrou para a história do movimento feminista estadunidense foi um dos primeiros atos públicos a questionar o padrão e a “ditadura da beleza” que é historicamente imposta pela sociedade e incessantemente pregado pela mídia.

A forte repercussão que esse protesto teve, contribuiu para a tomada de reflexão de muitas mulheres (principalmente a questão de gênero), representando uma grande influência a nível mundial que favoreceu a abertura para a discussão acerca da liberdade feminina.

Decorrente das inúmeras opressões que a sociedade impôs e impõe contra a mulher surge um campo constituído fundamentalmente por mulheres anunciando a reivindicação de seus direitos e denunciando as desigualdades de classe e etnia, mas principalmente de gênero, consolidando o processo de construção de uma identidade feminina voltada para a emancipação política e social da mulher.

Com esse artigo pretendemos traçar em aspectos gerais, como se deu o surgimento do movimento feminista no Brasil, assim como levantar as mais significativas conquistas e os atuais desafios dos movimentos frente aos direitos das mulheres na sociedade. A metodologia adotada caracteriza-se como revisão

bibliográfica, na qual a fundamentação foi obtida através da leitura de livros e artigos acerca do tema proposto, ficando evidente a importância do feminismo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

### **O surgimento do movimento feminista no Brasil**

Durante muito tempo a mulher foi representada na sociedade como um sexo frágil, submisso e com um único papel – a reprodução. Desde a Grécia antiga, grandes filósofos como Aristóteles já sustentavam essa ideia de submissão da mulher e superioridade do homem e a partir da institucionalização da família, propriedade privada e acúmulo de bens a sociedade vai ser caracterizada pelo modelo patriarcal e o papel “doméstico” da mulher vai ser cada vez mais afirmado.

Segundo Pedro (2010, p. 3):

As relações de gênero presentes no patriarcado pressupõem que o órgão sexual determina as funções sociais. Dessa forma, a sociedade constrói uma identidade social, que é construída através dos distintos papéis que são atribuídos a homens e a mulheres.

Nesse aspecto, surge a separação de

papeis voltados para o homem e mulher, no entanto, não é algo natural e/ou biológico e sim algo que foi construído levando em consideração as necessidades sócio-econômicas de cada sociedade. A discussão em torno do conceito de “gênero” começa a criar forças nas últimas décadas do século XIX, facilitando a partir dessa contestação a verificação com maior clareza as discriminações contra a mulher existentes. Neste mesmo período eclode na Inglaterra o Movimento *Women’s Suffrage* (mulheres sufragistas) onde milhares de mulheres manifestavam-se pela garantia de seus direitos, em especial o direito ao voto. A conquista do sufrágio feminino vai acontecer em 1913 no Reino Unido, caracterizando todo esse período como a primeira onda do feminismo.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também surge a partir da luta pelo direito da mulher ao voto. “As *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto”. (PINTO, 2010, p.16).

Bertha Lutz, volta da Inglaterra e verifica que no Brasil a mulher também é alvo de fortes opressões, o fator mais agravante estava na grande parcela de mulheres ainda analfabetas, pois eram

impedidas de estudar, mas, obrigadas a se profissionalizar em tarefas voltadas para o lar. A partir disto, trava-se uma incessante luta, que além do sufrágio, buscava-se também o direito da mulher a instrução educacional, divórcio e trabalho assalariado.

De acordo com Soihet (2006 apud NASCIMENTO e SILVA, 2011, p. 4):

Depois de um longo período de lutas pelo direito feminino ao voto “com o decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 estabeleceu-se o voto feminino e o voto secreto. Faltava agora a incorporação desse princípio à constituição a ser elaborada, o que foi feito com a inclusão do artigo 108 na constituição de 1934.

Com base nessa conquista, o movimento feminista passa a ser caracterizado como movimento social e político que não abria mão do enfrentamento com os poderes públicos pela garantia de direitos e igualdade entre homem e mulher. **O dossiê da autora Célia Regina que traz uma reconstrução em aspectos gerais da história do movimento foi primordial para a nossa leitura e para identificarmos Bertha Lutz**, que, sem dúvidas exerceu um papel fundamental para a inserção do movimento feminista no Brasil, principalmente quando as pautas estavam relacionadas à educação. A partir da circulação e conhecimento que o movimento feminista propiciou, muitas

mulheres começaram a participar de exames preparatórios pleiteando vagas em escolas de ensino superior, e outras que já eram graduadas tiveram o seu direito de exercer a docência garantida. Toda essa movimentação também fez com que as mulheres ganhassem visibilidade nos meios jurídicos e acadêmicos.

Ainda na primeira onda do feminismo no Brasil, é importante destacar o movimento das operárias de ideologia anarquista chamado de *União das Costureiras, Chapeleiras e Classes anexas*. “Em manifesto de 1917, proclamam: Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes”. (PINTO, 2003 apud PINTO, 2010, p. 16).

Mas assim como nos Estados Unidos, o movimento feminista no Brasil por volta de 1930 perde a força e só aparecerá novamente trinta anos depois, em 1960, denominado como a segunda onda do movimento feminista.

Durante esse período de “inércia”, surge na esfera internacional Simone de Beauvoir com a sua mais famosa obra: o segundo sexo. Beauvoir foi uma grande filósofa e feminista francesa, neste livro propagou o que até hoje é um dos lemas do feminismo “não se nasce mulher, torna-se mulher!”. Essa publicação foi fundamental

para o fortalecimento e revigoração do feminismo em meio às grandes movimentações nesta chamada segunda onda.

Ainda nesse contexto internacional da década de 1960, Betty Friedan (uma importante ativista feminista estadunidense), publica “A mística feminina” e assim como a obra de Beauvoir, torna-se um título fundamental para aquele novo momento em que o feminismo vivia.

No entanto, diferentemente dos Estados Unidos e Europa, o cenário no Brasil não estava tão favorável para a construção de movimentos libertários, principalmente em 1964 com o golpe militar que iniciou um longo período de repressão total contra aqueles que ousavam se opor ao regime, também conhecido como “anos de chumbo”. Foram anos difíceis para a esquerda e para os movimentos sociais e até mesmo para a sociedade civil, não dando alternativa para os ativistas senão à clandestinidade e/ou se juntar a grupos guerrilheiros. A inserção das mulheres na guerrilha caracterizou uma importante quebra de tabu em detrimento do estereótipo feminino (rainha do lar), pois ver uma mulher portando uma arma e partindo para o enfrentamento direto com os militares era algo surpreendente. Para Pinto:

Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas. (2010, p.16)

Na década de 1970 e como consequência das manifestações realizadas, muitas militantes foram exiladas, principalmente em Paris, porém o exílio proporcionou o contato dessas mulheres com o feminismo europeu e essa troca de experiências possibilitou ainda mais o crescimento do movimento no Brasil e as ativistas da Europa tornaram-se aliadas na luta pelo fim da ditadura, direitos das mulheres e também pela implantação do socialismo. Porém, a década de 1980 foi o momento de maior engajamento das mulheres na militância pela garantia de seus direitos, isto em função da redemocratização do regime político no país. Inúmeros grupos e coletivos juntaram-se à causa das mulheres e trazendo novas pautas como violência, igualdade no casamento, direito a terra, orientação sexual e etc. (PINTO, 2010, p. 17).

De acordo com Sarti (1998, p. 8):

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas

difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

### **A Professora e Doutora Cynthia Sarti nos possibilitou compreender que**

muitos direitos foram conquistados a partir do engajamento das mulheres na luta e apesar da origem do feminismo ter partido da classe média intelectualizada, visto que as primeiras militantes tiveram acesso com facilidade a um estudo qualificado (devido pertencerem às famílias de elite), voltado para a construção de um pensamento crítico, principalmente com textos de origem marxistas e socialistas, o movimento também conseguiu alcançar as classes populares, criaram na época grupos de estudos feministas em bairros afastados e pobres em todo país e elaboraram propostas e políticas em benefícios dessas classes.

### **O protagonismo social das mulheres e suas conquistas**

Através de muita luta, a mulher avançou consideravelmente rumo à equidade de raça e gênero, houve o despertar para as lutas coletivas da importância da participação social, e dos processos mobilizatórios, visando a denúncia de uma realidade desigual no sentido econômico, cultural e político, que se fazia no âmbito das classes, etnia e gênero. Em 1916, registra-se um importante avanço no código civil de 1830, que previa o assassinato de mulheres adúlteras, enquanto que o homem adúltero nenhuma penalidade sofria, a mudança na disposição da lei que passou a vigorar naquele momento considerou o adultério como razão de desquite, em contrapartida a essa conquista o Estado Novo inseriu ainda no código civil de 1916 que a mulher deveria pedir autorização do marido para poder trabalhar.

Diferentes conferências foram organizadas para debater e deliberar questões acerca das mulheres. A I Conferência Internacional aconteceu no México, em 1975 e neste mesmo ano a ONU (Organização das Nações Unidas), declarou que os próximos dez anos seriam dedicados à mulher e instaurou também em 1975 o Ano Internacional da Mulher e o 8 de Março, embora já fosse comemorado há décadas. (WOITOWICZ, 2008).

E assim como nos demais países, no

Brasil os movimentos feministas organizavam por todo país fóruns de discussão e elaboração de propostas para as mulheres. De acordo com Pinto (2010, p. 17), “uma das mais significativas vitórias do feminismo brasileiro foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM) em 1984”. Como resultado dessa conquista foram surgindo grupos como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), importantes e renomados para emplacar e fortalecer a luta por mais direitos para as mulheres.

A constituição federal de 1969 também não era favorável a mulher, e possuía traços bastante visíveis de uma sociedade patriarcal e machista, onde, por exemplo, estava previsto em lei que a mulher devia prestar serviços sexuais ao seu companheiro sempre que o mesmo solicitasse. Nesse contexto e com a criação do CNDM, uma importante mudança em detrimento dessa lei surgiu, com a constituição de 1988 através da formalização e consolidação da equidade de gênero, a nova constituição dispôs que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, no entanto, apesar da constituição de 1988 ser uma das constituições que mais garante direitos às mulheres no mundo é ainda muito comum ver esses direitos serem violados ou até mesmo nem garantidos. (PEDRO, 2010, p.

7).

O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente. (PINTO, 2010, p. 17).

Em 1993 e com o assassinato de Edméia da Silva Euzébia, líder das Mães de Acari no RJ (grupo de nove mães que buscavam pelos seus filhos desaparecidos em 1990), ocorre, em Viena, a Conferência Mundial de Direitos Humanos dando destaque para a violência contra a mulher. Na última década do século XX surgem também inúmeras Organizações Não-Governamentais a fim de criar mecanismos de proteção para mulheres vítimas de violência.

Além da criação das Delegacias Especiais da Mulher a partir também de campanhas como “Quem ama não mata”, em 2006, é sancionada no Brasil a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006), sendo esta uma das conquistas mais importantes para o movimento no Brasil, criada para coibir os diferentes casos de violência contra a mulher mas, sobretudo, a doméstica e familiar.

Para Pedro (2010, p. 8):



## Os novos desafios para o Movimento

### Feminista seguir atuante

Com o avanço do feminismo no Brasil nas três últimas décadas, podemos verificar que houve uma clara mudança até mesmo na composição dos movimentos. Nos primeiros anos os grupos eram potencialmente homogêneos, compostos por mulheres brancas e de classe média, hoje, os coletivos são compostos por diferentes setores da sociedade, reflexo de uma luta árdua pelo empoderamento da mulher.

Nesse longo percurso da luta feminista muitos direitos foram conquistados garantindo a cidadania feminina. Embora, uma das mais significativas vitórias tenha sido a sanção da Lei Maria da Penha em 2006, a violência contra a mulher, principalmente a doméstica, continua sendo um problema grave e nesse contexto é necessário criar novos mecanismos para coibir e penalizar os agressores. De acordo com Sardenberg (2010):

No Brasil, a passagem da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, representou um relevante avanço no combate à violência de gênero. A população brasileira conhece e apoia essa legislação. Mas o OBSERVE (Observatório de Implementação da Lei Maria da

A criação da Lei Maria da Penha (11.240/06), possibilitou o esclarecimento perante a definição do que seria violência. Até então, entendia-se por violência, apenas agressões que deixassem marcas visíveis como hematomas ou feridas. Nesta Lei discorre sobre as diversas formas da violência: caráter físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial. É, portanto, uma lei na qual a compreensão da violência refere-se a tudo aquilo que fere a integridade da pessoa.

Para discutir a situação da mulher no Brasil, ocorreram ainda Conferências Nacionais para a Política da Mulher nos anos de 2005 e 2007, nestas conferências foram produzidos importantes documentos para analisar a condição da mulher no país e os encaminhamentos a serem tomados sobre as questões levantadas.

Em meio a todo esse processo de conquistas de direitos é inegável reconhecer a atuação do movimento feminista nessas vitórias e na construção de uma nova consciência, quebrando os paradigmas e padrões que ainda a nossa sociedade machista e patriarcal impõe. Além disso, a desigualdade de gênero continua pertinente nos dias atuais, sendo um aspecto que podemos observar de maneira bastante clara, fazendo com que desta forma o movimento feminista siga lutando em prol da mudança.



Penha) – instância autônoma da sociedade civil que acompanha esse processo – tem alertado para as inúmeras dificuldades que se interpõem à aplicação da nova lei, a começar pela resistência do Judiciário em criar os juizados especiais de combate à violência doméstica praticada em mulheres, e exigidos pela Lei Maria da Penha.

A violência, sem dúvida, é uma das principais questões a serem enfrentadas pelas mulheres no mundo hoje, porque esse tipo de violência vai além das fronteiras de um país, está presente em todas as classes sociais e independe de raça, idade ou religião **como bem a autora aborda em seu artigo.**

Outro desafio bastante pertinente trata-se da Descriminalização e Legalização do Aborto, a reivindicação das mulheres nesse sentido é pelo direito de interromper a gravidez pelos motivos que acharem necessários, em outras palavras a luta é pelo direito de ter autonomia sobre o seu próprio corpo e tomar decisões acerca sem que o Estado interfira.

O aborto é um caso sério de saúde pública e reflexo disto, são os números alarmantes de mortes de mulheres ao realizar o aborto, tornando-se uma das principais causas da mortalidade materna. Contudo, quem morre nesse processo são as mulheres jovens, pobres, e negras em especial, quando recorrem a clínicas clandestinas ou quando elas mesmas

realizam o aborto. Em contrapartida, as mulheres da classe média, religiosas ou não, procuram clínicas particulares, e assim como a violência, o aborto ocorre em diferentes classes e independe de religião. Enquanto o Estado tratar o aborto como crime e não como questão de saúde pública, inúmeras mulheres continuarão morrendo.

Podemos afirmar que a falta de representatividade das mulheres na política e nos espaços decisivos da sociedade, contribui para que não avancemos nessas pautas. E não basta somente ser mulher, precisa também estar em consonância com os anseios feministas. “Um país em que as mulheres representam mais de 51% dos eleitores, mas menos de 10% dos legisladores, necessita de uma reforma política que garanta ao menos a paridade entre homens e mulheres no Congresso”. (SARDENBERG, 2010).

O assédio sexual é outra questão que as mulheres estão submetidas cotidianamente, seja nas ruas, nos transportes públicos, no trabalho, na escola e outros. Devido ao número enorme de denúncias de abuso sexual, no estado de São Paulo criou-se o “vagão rosa” nos trens e metrô (um vagão exclusivo para mulheres), é uma medida, por hora, necessária para proteger as mulheres, por outro lado, a criação desse vagão intensifica a ideia de culpabilização da vítima e

umenta a segregação entre gêneros. É importante criar outras medidas que sejam de fato efetivas para coibir esses atos, colocar as mulheres separadas em outro vagão não resolve o problema, uma vez que os assediadores e estupradores fazem suas viagens livremente em outros vagões.

Também nesse contexto de assédio sexual e culpabilização da vítima surgiu em 2011 no Canadá, mais precisamente em Toronto, as *Slutwalks* (aqui no Brasil conhecida como Marcha das Vadias), trata-se de um movimento que começou depois que um policial afirmou que os estupros acontecem porque as mulheres se vestem como *sluts* ou vadias e enquanto vestirem-se dessa forma, os estupros ocorrerão. Em resposta a afirmação deste policial, vários protestos aconteceram pelo país e a grande repercussão que teve contribuiu para a internacionalização do movimento.

De acordo com as autoras Tomazetti e Brignol (2013, p. 2):

A partir deste protesto, realizado em três de setembro de 2011, o movimento internacionalizou-se e as manifestações espalharam-se por várias partes do globo, defendendo como principal bandeira a liberdade da mulher, mas reconhecendo questões peculiares de cada país/estado/cidade em que são realizadas as marchas.

O discurso desse policial caracteriza o que conhecemos como “cultura do

estupro”, em que é atribuído mulher uma parcela de culpa pela violência sofrida. Demonstra também que a luta feminista continua pertinente e o enfrentamento ao machismo continua imprescindível.

A Marcha das Vadias, no Brasil, ocorre anualmente em vários estados e cidades do país para denunciar as várias problemáticas que as mulheres sofrem, dando ênfase ao corpo e o direito de ter autonomia sobre ele. Realizar a marcha é um grande desafio, principalmente em cidades pequenas com características tradicionais e conservadoras. Santarém (PA) é exemplo disso, os coletivos feministas são recentes aqui, o primeiro surgiu a cerca de quatro anos e hoje a cidade já conta com cinco grupos feministas que se unificaram este ano para realizar a marcha que ocorrerá em dezembro. Com o intuito de quebrar tabus e fazer com que a mulher santarena não se silencie diante das opressões, mas que denuncie e seja protagonista nessa luta.

Incontáveis são os desafios que nós mulheres temos pela frente, porém a luta por um mundo onde homens e mulheres sejam iguais em direitos e dignidade é necessária.

## Conclusão

Cabe, enfim, considerar que o Movimento Feminista frente à luta pelos direitos das mulheres possibilitou grandes conquistas como direito ao voto, ao estudo, inserção no mercado de trabalho, divórcio e outras, consolidando uma maior participação feminina na sociedade. **Foi possível resgatar esses fatos nas leituras que acumulamos durante a construção desse artigo, todas as autoras aqui citadas nos serviram de inspiração e somos gratas pela importância que as mesmas deram ao abordar a história de lutas e conquistas do movimento.**

Grandes são os desafios das mulheres na luta pela conquista de direitos e reconhecimento e o movimento feminista precisa continuar atuante para a garantia e ampliação de novos direitos. Faz-se necessário também que o Estado invista cada vez mais em Políticas Públicas para as mulheres e que estas, sejam protagonistas nessas conquistas.

## Referências Bibliográficas

NASCIMENTO, Gizelda Ferreira; SILVA, Fabiane de Araújo e. “A influência do feminismo no meio político e os reflexos dessas conquistas na vida social das

mulheres”. III Seminário Nacional. Gênero e Práticas Culturais, olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa – Paraíba, p.6, out. 2011. Consultado a 09.07.2015, em: <http://itaporanga.net/genero/3/09/02.pdf>

PEDRO, Cláudia Bragança. “As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres”. Anais do I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. GT 2. Gênero e Movimentos Sociais – Coord. Renata Gonçalves, Universidade de Londrina – Paraná, p.10, jun. 2010. Consultado a 09.07.2015, em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>

PINTO, Célia Regina Jardim. “Feminismo, História e Poder”. Rev. Social. Polít, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Consultado a 09.07.2015, em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>

SARDENBERG, Cecília M. B. “Feminismo no Brasil atual e atuante”. Consultado a 09.07.2015, em: <http://brasileiros.com.br/2010/06/feminismo-no-brasil-atual-e-atuante/>

SARTI, Cynthia A. “O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido”. XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, p. 12, set. 1998. Consultado a 09.07.2015, em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliane Dutra. “Etnografia e Comunicação: Uma aproximação empírica à experiência da Marcha das Vadias”. V SIPECOM - Seminário Internacional de Pesquisa em

Comunicação, Universidade de Santa Maria, p. 15, out. 2013. Consultado a 09.07.2015, em: [http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity\\_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/Artigo\\_sipecom\\_tainan.pdf](http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/Artigo_sipecom_tainan.pdf)

WOITOWICZ, Karina Janz. “A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80”. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. [www.eptic.com.br](http://www.eptic.com.br), vol. X, n. 2, may. – ago. 2008. Consultado a 09.07.2015, em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/articula/view/191>.

**Data de Recebimento:** 30/07/2015

**Data de Aceitação:** 01/10/2015